

## ENSAIO SOBRE A HISTORIOGRAFIA DA FORMAÇÃO DO CAPITALISMO BRASILEIRO SOB A PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE JOÃO BERNARDO.

Rodrigo Oliveira de Araújo UFG\*  
E-mail: [rodrigodm2@hotmail.com](mailto:rodrigodm2@hotmail.com)

### RESUMO

O conflito de classes é o centro absoluto da obra de João Bernardo. Partindo deste pressuposto o autor desenvolve um coerente arcabouço teórico-metodológico com a finalidade de analisar a História. Verifica em suas análises um amplo processo de espacialização de práticas sociais, viabilizadas pelos centros de conflito. Porém com espacializações independentes, que são determinadas pela interpenetração de práticas distintas, desenvolve-se um modelo de análise multi-determinado e pluri-centrado, conectado ao seu centro de conflito. À luz destas considerações vai-se ao estudo da historiografia do capitalismo brasileiro na década de 1930. Percebe-se que na sua formação ocorreu sincronicamente a existência de duas sociabilidades, em processo de disputa pela criação de novas arenas de atuação, baseados nos princípios de organização corporativista. Portanto a ultrapassagem dos anseios da burguesia e a construção da classe dos gestores enquanto nova classe capitalista é a hipótese que procura-se delinear.

**Palavras chaves:** historiografia brasileira, capitalismo, marxismo, classe dos gestores, João Bernardo.

### ABSTRACT

The class conflict is the absolute center of the work of João Bernardo. Based on this assumption the author develops a coherent theoretical and methodological framework for the purpose of analyzing history. Checks in their analysis a plentiful process of spatialization of social practices, enabled by the centers of conflict. But with independent specializations, which are determined by the interpenetration of different practices, it develops a model to analyze multi-determined, multi-centered, connected to the center of conflict. In view of these considerations will be the study of the historiography of Brazilian capitalism in the 1930s. It is perceived that their formation occurred synchronously in the presence of two sociability, in case of dispute by creating new arenas of action, based on the principles of corporatism organization. Therefore going beyond the expectations of the bourgeoisie class and the construction of class of managers as a new capitalist class is the hypothesis that seeks to delineate.

**Keywords:** brazilian historiography, capitalism, marxism, class of managers, João Bernardo.

### 1. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE A HISTÓRIA.

---

\* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História sob orientação do Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto.

O modelo teórico-metodológico de João Bernardo concebido para a análise histórica não é fechado, e pode (e deve) ser ampliado, detalhado e reorganizado a partir da análise de dada historiografia. Não pode ser considerado um modelo marxista ortodoxo, engessado em um *a priori* teleológico, tal como foi moda os entre marxistas durante o século XX (HOBSBAWM, 1999, p. 159). A teleologia não é um risco ao historiador na medida em que não se prevê um futuro no passado. Porém o inverso é inevitável, e se analisa o passado sempre à luz do futuro.

Deste modo João Bernardo sempre concebe o que se entende por presente como projeções do passado em direção ao futuro, nunca na forma quadros estáticos, mas sempre *em processos*. Mas o processo de confecção da História trata-se da seleção de fatos, mas não fatos que por si mesmo já tenham algum sentido, mas antes, da relação contraditória entre alguns fatos específicos. Assim é a contradição a matéria a ser explorada pelo historiador (BERNARDO, 2006, p. 193).

As contradições são fatos da própria existência humana, que consideradas de forma isolada ou de um ponto de vista individual, podem não aparecer enquanto contradições. Por isso há a necessidade de articulação entre eles. Para que isto seja possível tanto teórica quando metodologicamente, primeiro é necessário que se compreenda a coexistência de múltiplas temporalidades, não somente a existência de várias durações, mas precisamente a existência de durações que se articulam em relações contraditórias. Somente com estas noções em mente é possível perceber que os processos coexistem e se chocam na dinâmica dos conflitos.

Contudo o historiador tem uma vantagem sobre os agentes que realizam a História: ele dispõe da visão posterior de acontecimentos já realizados. Nisto não pode se furtar à classificação e a articulação, com o fim de elucidar o que sucedeu – o que muitas vezes pode não ficar claro àqueles que viveram determinada situação. De outro lado, para compreender o que sucedeu, evidentemente, se precisa compreender também como e porque que tais trajetórias foram realizadas. Neste sentido é necessário ter claro o que ocorria no tempo próprio dos agentes. Deste modo, o historiador sempre tem dois pontos de vista a considerar em seus estudos: o *a priori* dos agentes em seu percurso próprio e o *a posteriori* do estudioso ao observar e classificar.

A contraditoriedade e a simultaneidade dos diversos tempos e situações que se articulam dão à história um caráter de estrutura. Nesta relação contraditória entre

contradições é preciso se fazer notar que a dinâmica histórica se dá sempre entre estruturas que pretendem se conservar chocando-se com outras que pretendem transformar o que está posto.

Do ponto de vista dos agentes, a História sempre ocorre entre os que têm algo e aqueles que querem algo. Considerando que a mais-valia – núcleo deste modelo - é expropriação do tempo de trabalho, ou melhor dizendo, entre aqueles que controlam o tempo alheio e aqueles que tem o tempo por outros controlado (BERNARDO, 2005). Isto confere a estas relações o sentido dialético entre conservação e mudança. Porém, como as estruturas estão hierarquizadas, é por isso necessário ter claro que toda a história se remete sempre a um modo de produção.

Continuando as considerações sobre o método, para se evitar a generalização de pontos de vistas específicos, ou o contrário, para evitar tratar como específico algo que é comum, se faz necessário proceder à comparação no método de pesquisa. Este procedimento é o que possibilita a explicitação dos nexos causais. Para estabelecer esta comparação é necessário ter uma hipótese científica *a priori*, sendo que esta hipótese será visualizada a partir da pesquisa histórica e sendo por esta reorientada. A historiografia então reverte-se do caráter delimitador das possibilidades de pesquisa.

Neste sentido a historiografia é o objeto principal da história. Mas não se trata de simplesmente assimilar os fatos. Trata-se antes, através do contraste entre as tendências, fazer emergir o que se presentificou em um futuro. Para orientar tal operação se torna necessário o uso de conceitos. Estes conceitos tem a dupla função de otimizar a realização do passado sobre um futuro que se aproxima e de reanalisar o passado a luz de um futuro desejado.

Com este objetivo o autor estrutura alguns conceitos fundamentais para a análise da história. O primeiro deles é o conceito de *Classe dos Gestores*, ou simplesmente *gestores*, que ocuparia juntamente com a *Classe Burguesa*, ou simplesmente *burguesia*, o espectro das classes capitalistas. Os gestores se diferenciam da burguesia na medida em que não são necessariamente os proprietários dos meios de produção e promovem a extração de mais-valia de forma coletiva, recebendo proventos por serem organizadores das relações entre as diversas Unidades Produtivas Particulares (UPP) (local de atuação por excelência da burguesia) por meio das Condições Gerais de Produção (CGP) (local de atuação dos gestores) (BERNARDO, 2009, p. 89-208).

Sistematicamente a historiografia confundiu conceitualmente os gestores com a chamada classe média. Esta confusão se deve em partes a um erro analítico, pois a classificação entre classe baixa, média e alta - que deita raízes na concepção weberiana de classes - se faz a partir do nível de renda e consumo dos agentes; enquanto a concepção marxista abstrai o nível de renda e se foca na posição ocupada pelos agentes no processo produtivo. Os gestores recebem proventos, pró-labore, dividendos, etc, que são frutos da organização do tempo de trabalho alheio, por isso não podem ser considerados *trabalhadores de classe média*, por outro lado, por não serem necessariamente proprietários - muito embora em momentos específicos poderem assumir esta condição jurídica -, podem eventualmente receber algo que se assemelhe ao um salário, com a distinção básica de poderem eles controlar o próprio tempo de trabalho e disporem do tempo de trabalho alheio para controlar.

Por outro lado, o local em que exercem o seu controle direto, o espaço das CGP, são lugares de conexão entre as diversas UPP, onde há a criação das condições objetivas de integração. Porém estas condições infraestruturais não podem ser concebidas somente no nível da infraestrutura material, pois para um trabalhador toda a educação e modos aprendidos durante toda a sua formação são fundamentais para a posterior adequação ao processo produtivo. Estes são ramos de atuação inimagináveis para o antigo burguês que se especializa no controle de um único tipo de atividade e dele subtrai sua existência.

O uso destes conceitos não corresponde a anacronismos, implica antes em assumir que a história, enquanto memória coletiva existe sempre em dois pontos distintos; um é o ponto do historiador no futuro; o outro é o ponto dos fatos no passado. Ao não ter clareza deste fato o historiador ou recai na teleologia dos séculos XIX e XX ou na descrição sem pretensão explicativa dos literatos e cronistas, chamada por Bakhtin de "objetivismo abstrato" (BAKHTIN, 1994, p. 36). Comparando as várias possibilidades de resolução de um dado conflito no passado, e provando sua materialidade de possibilidade derrotada, é que se pode compreender a real dimensão do que veio a ser.

A articulação entre ambos ocorre na medida em que o passado se projeta sobre o futuro enquanto ruptura do que existe, passando a história a ser prática sobre o presente, abandonando seu caráter meramente ideológico. Neste sentido João Bernardo entende que a história se torna científica quando consegue provar o que não foi para orientar aquilo que será. Com o objetivo de compreender as estruturas gerais de estruturação do universo

social, vai-se a análise de outra produção do autor.

## **2. SOBRE A DIALÉTICA DA PRÁTICA E DA IDEOLOGIA.**

João Bernardo em sua obra *Dialéctica da Prática e da Ideologia* (BERNARDO, 1991) concebe um modelo pluri-centrado e multi-determinado, composto de múltiplas temporalidades, onde os momentos ocorrem tanto em diacronias como em sincronias. No aspecto sincrônico evidencia-se a possibilidade de desenvolvimento de fatos relacionados; sobre o aspecto diacrônico se evidenciam os conflitos. Com a finalidade de ser o mais conciso possível, João Bernardo como que descarna sua obra de qualquer exemplo histórico e se prende somente às estruturas consideradas em suas formas abstratas.

Deste modo sua obra se converte em um estudo de caráter epistemológico, que encontra sua validade na medida em que sua descrição é perceptível pela análise histórica. Contudo a forma expositiva adotada pode gerar controvérsia por não conter exemplos, ficando assim sua exposição circunscrita ao universo estrutural abstrato, justificado pelo objetivo de máxima clareza e concisão. Porém, adverte o autor, não se trata de um modelo metafísico, pois as estruturas ali descritas correspondem a longos anos de pesquisa empírica e também a reflexões sobre o desenvolvimento dos conflitos da Revolução Portuguesa de 1974-1975 (PINTO, 2006).

Aliás, o conflito é o centro absoluto de toda a produção do autor. E o conflito que se objetiva a partir de sua obra é o da luta de classes, núcleo onde partem todas as estruturas de apreciação histórica subsequente. Assim todos os conflitos existentes dentro de um mesmo nexos causal determinam as ações dos sujeitos. Porém internamente a estas múltiplas determinações concebe um ponto de peso maior, que é a dinâmica interna ao modo de produção. Se o capitalismo tem como fato básico a exploração de mais-valia, é justo para um pesquisador que se baseia na tradição marxista partir deste ponto básico.

Mas não se trata de descobrir uma determinação última, à moda dos marxistas estruturalistas<sup>1</sup>, e sim compreender um modelo multi-determinado, porém de forma hierarquizada. Pode parecer sutil a diferença, mas na prática significa dizer que o que ocorre em torno dos conflitos de classe determina o próprio conflito, porém sem o próprio conflito que se configura como núcleo não se pode conceber o significado dos

---

<sup>1</sup> É interessante verificar o tipo de crítica anedótica que faz THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

demais processos.

Neste sentido o modo de produção não é entendido de modo estático, como forma cristalizada no tempo, e sim enquanto conjunto de relações sociais que se realizam em espaços e tempos determinados. Partindo desta definição é possível perceber que tudo o que normalmente se considera como “subjetivo” contribui de forma decisiva para a organização do processo produtivo.

Porém este centro - o conflito em torno do processo produtivo - vai ser sempre o referencial maior de toda a leitura posterior, toda e qualquer relação social será sempre considerada como relação institucionalizada, que sempre estará conectada ao centro. Tudo isto significa dizer que o axioma deste modelo é a existência do conflito em torno da produção. Não é constrangedor afirmar a existência de um axioma, já que todo modelo contém os seus (KUHN, 1987, p. 13-40). Para a apreciação historiográfica parte o autor do princípio que por um lado se opõem fundamentalmente as práticas de exploração do trabalho e de outro as práticas de resistência e solidariedade dos trabalhadores.

Consoante à espacialização dos conflitos, o autor descreve a formação de estruturas chamadas *cones de práticas*. Por cones de práticas compreende-se o espectro de determinação alcançado por cada prática, que parte do centro de conflito e potencialmente pode se projetar indefinidamente no tempo e o espaço sobre instituições distintas. Cada cone de prática significa uma influência determinante sobre os diversos espaços sociais que submete. Assim, na medida em estas instituições estão submetidas ao espaço de cada cone de prática, são por este remodeladas e ganham assim o sentido especificador da prática social a que esta submetida. O cone de prática por sua vez é definível a partir da oposição em relação ao cone da prática que lhe é oposta.

Assim o limite das possibilidades de submissão de instituições é imposto pela situação da luta de classes. Deste modo temos de um lado o cone de práticas capitalistas e de outro o cone das práticas dos trabalhadores. Estes cones correspondem à espacialização das relações sociais geradas a partir do centro de conflito. Dentro do cone capitalista, devido aos conflitos existentes entre as diferentes formas de conceber a exploração, existem vários outros subcones, que em disputa entre si estabelecem a forma dominante que assumirão as relações sociais de dominação.

Em sentido contrário, a condição de explorados e as formas sob as quais se desenvolvem esta condição determinam os vários subcones existentes sob o macrocampo

de práticas dos explorados. Considerando estas várias determinações da condição de existência explorada, é que podemos ver coexistir sob um grande cone práticas distintas em relação ao grau de acomodação/superação do sistema produtivo.

As múltiplas formas assumidas por estas relações sociais correspondem às várias determinações a que estão submetidas internamente em cada campo de práticas, que por sua vez estão sempre conectadas ao centro. Deste modo, nos limites destes cones de práticas e em suas relações com o centro é que se pode definir se as práticas são de dominação ou de libertação. Deste modo é no desvelamento destas relações com centro que se estruturará a análise de toda a historiografia existente sobre determinado assunto. Porém como o centro estruturante não se trata de uma abstração teórica, sendo antes fruto da análise histórica da luta de classes, não pode ser considerado *teleológico* ou *a priorístico*.

Para viabilizar e operacionalizar a análise do ponto de vista metodológico, João Bernardo nega qualquer realidade às ações individuais e as situa em um plano meramente ideológico. Isto não significa desconsiderar a realidade material do corpo, chamado de *trajetória*. Porém cada trajetória é determinada pela existência nas várias instituições onde se situa. Já o indivíduo seria a fusão ideológica desta existência plural. Ao sublinhar o caráter meramente ideológico do indivíduo se salienta que o autor concebe a própria ideologia como não determinante da prática, a situando em uma esfera distinta, chamada por ele de *esfera da ideologia*. Esta esfera seria totalmente determinada pelas práticas institucionalizadas.

Mas a concepção desta esfera não significa dizer que o trabalho intelectual de criação de representações sobre o mundo não tenha uma função prática. Significa dizer que enquanto ideologias só contribuem para a prática na medida em que se unem em práticas previamente existentes. Se não há prática que a engendre, a ideologia se transforma em simples encenação. Cabe sublinhar que mesmo esta ideologia sem representação é fruto de uma prática anterior, porém como prática muito marginalizada, não se vê realizada no centro das instituições sociais.

Por outro lado, também entende que a ação produtiva nunca incide diretamente sobre a natureza, que está separada em uma esfera própria que é a *esfera da natureza*. Ao contrário, o autor entende que os sujeitos agem dentro das instituições sociais, contidas no que chama de *esfera das instituições*, e que esta esfera - de caráter totalmente coletivo -

atuaria sobre a esfera da natureza, convertendo esta sempre em objeto e nunca sujeito da relação – e também a partir de suas contradições internas, enquanto esfera prática se formariam os elementos da esfera da ideologia. Nestas três esferas, para o autor, se encerraria todo o real que busca analisar.

A distinção entre *esfera da prática* e *esfera da ideologia* encontra correspondente no que Bergson teorizou com muita propriedade a respeito das diferentes memórias de imagens e memórias de ação. As memórias de imagens sempre seriam estáticas e corresponderiam às representações sobre o mundo; já as memórias de ação corresponderiam a ações passadas que se projetaria no corpo como uma intenção da continuação sobre o futuro (BERGSON, 2006, p. 209-262). Com o aporte da concepção de Bergson a respeito da memória da ação podemos vislumbrar a própria noção histórica de João Bernardo, pois para o autor a história é sempre projeção de práticas passadas sobre o futuro, mesmo que por vezes interrompida, pode ser recuperada pela própria memória. Neste sentido a própria memória e a função intelectual que encerra podem ser reavaliadas, porém não é este o objetivo deste estudo.

Mas por que assumir uma postura tão radicalmente anti-humanista, negando qualquer existência real ao indivíduo? A explicação disto se concentra na observação do refluxo dos movimentos operários após as derrotas, em especial ao movimento Revolucionário português de 1974-1975, onde se viu a ascensão de práticas autogestionárias de organização da produção por parte dos trabalhadores, com sua correspondente ideologia, que passou então a ser hegemônica. Porém em momento exatamente posterior à queda destas experiências assiste-se a uma rápida adaptação ideológica ao novo quadro de práticas sociais contidas nas relações sociais de produção.

Considerando a conexão, a relação entre as considerações metodológicas gerais e a objetivação das estruturas norteadoras da análise, explicita-se o ponto de vista adotado neste trabalho, qual seja, a compreensão da configuração de dados espaços sociais, que foram orientados sob o ponto de vista de práticas sociais de exploração, atuando no sentido de constituição do sistema capitalista no Brasil, limitados pelas situações de conflito inerentes a este modo de produção. Assim busca-se a formação destes novos espaços sociais no início do século XX no Brasil.

### **3. BREVE HISTORIOGRAFIA DO CAPITALISMO NO INÍCIO DO SÉCULO XX NO BRASIL.**



O Brasil do início do século XX foi um país marcado por profundas transformações em suas características básicas, como o crescimento das cidades e a constituição de um grande parque industrial (ANDRADE, 1988, p. 6-14). Por sua vez, a formação deste parque industrial tem sua gênese no final do século XIX, e uma tese mais tradicional enfatiza a conversão da renda vinda da atividade cafeeira à industrialização como suporte essencial deste processo.

Para de Decca, por exemplo, o setor cafeeiro teria ocupado o centro da produção e exportação brasileira de finais do séc. XIX à quase metade do séc. XX, sendo que as primeiras indústrias estariam a ele diretamente ligadas, como, por exemplo, a indústria de sacaria do café (DECCA, 1981, p. 144). Ou seja, para o autor haveria a formação de uma burguesia industrial impulsionada pela acumulação proporcionada pelo comércio do café.

Uma questão que relativiza inicialmente esta tese é levantada por José de Souza Martins (MARTINS, 1981, p. 59-75). Em seu estudo sobre a formação das fazendas de café, salienta que não havia ainda formação de capital no primeiro momento da atividade cafeeira, pois a base do trabalho era eminentemente escrava e assim a produção era convertida em simples renda pela venda do produto no mercado externo, não havendo incorporação desta renda junto ao trabalhador, o que fecharia o ciclo capitalista de produção.

Destaca também que em um primeiro momento sequer pode-se falar em mais-valia com a introdução do trabalho do imigrante, posto que este trabalhador atuava sobre formas mais ou menos variáveis de arrendamento, o que não configura exploração capitalista, pois não está completamente apartado dos meios de produção e também não recebe salário, por isso também não há formação de capital, já que não há a retroalimentação do modo de produção, vindo com o consumo do trabalhador.

Considerando estes pontos é possível compreender o mundo dos grandes senhores de café como um universo próprio, distinto de um universo propriamente capitalista, já que a exploração do trabalho era baseada em formas que variaram do escravismo ao arrendamento. Apesar de sua conexão com o mercado europeu, realizado pela venda de seu produto no exterior, o núcleo fundamental que estruturará esta sociabilidade é distinta da forma especificamente capitalista de produção, baseada na extração de mais-valia.

Outro ponto que relativiza a compreensão da industrialização como baseada no investimento das rendas do café são os estudos monográficos da trajetória dos

engenheiros no final do século XIX e início do XX. Tomamos como exemplo a vida paradigmática do engenheiro André Rebouças. Em uma notável trajetória, filho de um advogado e uma ex-escrava, Rebouças foi um dos idealistas práticos do segundo reinado, que concebia a organização produtiva e a instalação de uma sociedade moderna no Brasil como meio de superar o atraso do que chamava de *landlordcracia* (JUCÁ, 1988, p. VII-XIX). Sua formação como engenheiro passou desde sucessivas visitas à Europa e sua participação nas famosas Exposições Universais, até idas aos Estados Unidos e a realização de contatos com engenheiros americanos, onde aprendeu técnicas de organização do processo produtivo.

Foi assim que no início da sua trajetória como engenheiro empreendeu a construção de várias obras de infraestrutura, como docas, portos, ferrovias, etc., obras que podemos chamar de CGP (Condições Gerais de Produção), devido ao seu caráter integrador da produção capitalista. O detalhe é que para a consecução destas obras valia-se de dois pontos principais: a autorização para a realização das obras, feita pelo Governo Imperial, que correspondia à época ao domínio dos grandes senhores do café, e a busca constante por créditos tanto em nível nacional quanto internacional (GRAHAM, 1973, p. 167-194). No transcurso de suas atividades como engenheiro, no entanto, veria a ordem institucional senhorial criar-lhe vários empecilhos. Os atritos com esta ordem foi levando-o a amadurecer suas próprias ideias de engenheiro e homem de negócios, principalmente a partir da década de 1870, quando passa também a figurar no quadro dos reformadores sociais.

Em seu livro publicado em 1883 (REBOUÇAS, 1988, p. 1-21) é notável na sua concepção de *engenho central* a tentativa de pensar, ao mesmo tempo, o momento posterior à abolição da escravatura (irreversível no período), como também a tentativa de desmantelamento da base de poder dos grupos da oligarquia rural, já que pensava a realização da reforma agrária como meio de estruturação desta nova forma de organização produtiva (CARVALHO, 1988, p. 71-121). Assim é perceptível muito mais em Rebouças que nos senhores do café, a construção de instituições que viabilizarão a construção de uma sociabilidade propriamente capitalista no Brasil. Embora não possamos ainda falar de um sistema capitalista constituído, podemos falar do assentamento de estruturas capitalistas no tecido social brasileiro.

Porém é impossível compreender a figura de Rebouças descolada dos caminhos

institucionais de seu tempo. Neste sentido é que podemos compreender a ascensão do movimento reformista da geração de 1870. Tratavam-se de grupos diversos, que iam do positivismo ao spencerianismo, porém estes grupos, apesar de diversos em suas concepções, irão compor unidade na medida em que tem uma condição comum: alta formação técnica aliada a uma capacidade ociosa. Ociosidade essa ocasionada pela obliteração dos caminhos institucionais realizada pelo predomínio social da oligarquia rural (ALONSO, 200, p. 35-55).

Com a posterior estruturação do espaço urbano, haverá a diversificação de interesses no seio da sociedade brasileira, que passará a ter uma multiplicidade de grupos dependentes entre si, mas que apesar disto, trarão consigo novas propostas de organização da sociedade. Estas propostas divergirão na medida em que serão diversos os seus ramos de atividades, mas ao mesmo tempo paulatinamente se unirão na prática, na medida em que deixarão claro o objetivo de ter o controle da sociedade e da produção capitalista em ascensão.

Neste último sentido, o período que se inicia por volta da década de 1850 é também caracterizado pela formação dos aglomerados urbano-industriais, impulsionados também pela injeção de capitais diversos. Sob o ponto de vista produtivo, o que caracteriza este momento é a alta descentralização industrial, com alguns poucos polos avançados, como em Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. É o momento da construção das grandes plantas industriais, as UPP (Unidades Produtivas Particulares), com a concentração do operariado, seja no modelo dos cortiços e favelas, ou nos moldes das vilas industriais, que eram construídas próximas à fábrica e submetidas à rígida disciplina patronal.

Mesmo assim as UPP neste período se encontravam em uma situação de grande dispersão no território brasileiro, pois inexistia um capitalismo em escala nacional, não sendo por isso possível a conversão de mais-valia absoluta em mais-valia relativa. Ou seja, por não haver um capitalismo e um mercado em nível nacional, não era possível ao trabalhador incorporar parte da produção, recebida pelo salário, em sua própria formação, através do consumo de produtos que lhe aumentaria a produtividade.

Assim o que caracterizava este período, do ponto de vista do trabalhador, é a extrema exploração de seus limites físicos, com jornadas de trabalho elevadíssimas, além da exploração do trabalho feminino e infantil, ausência total de quaisquer legislações de

proteção ao trabalhador - como férias, sistemas de seguridade social - além, claro, do baixo poder de compra dos salários (HARDMANN & LEONARDI, 1991, p. 121-145). Mesmo assim fica claro que havia já neste momento uma sociabilidade determinada pelas práticas capitalistas, embora limitada e circunscrita à alguns locais que dispunham de CGP integradoras, notadamente as estradas de ferro e os portos.

A expansão das CGP passam a ser o aspecto decisivo para a estruturação do sistema capitalista no Brasil e a instalação de empresas como a Light será um avanço paradigmático na área. A Light, empresa de origem anglo-canadense, inicialmente se instala em São Paulo, se estendendo posteriormente por várias outras cidades brasileiras. Em um primeiro momento se focará sobre o ramo de bondes elétricos na capital paulista, em substituição dos antigos bondes puxados por mulas. Para viabilizar o funcionamento da empresa, construirá uma usina hidroelétrica que terá como meta a geração de energia para o empreendimento. A obra de construção demandou um esforço extremo de operários e engenheiros, além da importação de todos os materiais necessários, inexistentes até então no Brasil.

Em alguns momentos a narrativa de McDowall beira o épico, o que em parte é compreensível, devido ao caráter pioneiro da obra. Todavia mesmo com a utilização da energia pelos bondes, havia a sobra de um enorme potencial elétrico, que passa a ser comercializado (MCDOWALL, 2008, p. 109-159). A partir deste momento vê-se surgir uma miríade de empreendimentos impulsionados pela facilidade e baixo custo da matriz elétrica utilizada na atividade industrial. Uma CGP de grande monta, controlada por gestores de várias partes do mundo, que viabiliza a integração das diversas UPP, sob o aspecto da matriz energética, onde serão usadas máquinas e técnicas de produção adaptadas a esta nova realidade produtiva.

Além disto, sob este grande empreendimento coordenado por gestores, assiste-se o surgimento de uma burguesia residual, proprietária das indústrias, como consequência da criação da base técnica necessária à integração dos diversos ramos produtivos. A dependência que a indústria terá doravante em relação a esta matriz energética será tão sólida que se estende até o presente. Por outro lado também se verifica o surgimento de novos espaços institucionais, que promoverão a união de gestores de orientações políticas distintas, sob a égide destes novos espaços. Neste sentido é curioso notar que uma instituição como a Light terá por um lado em um dos seus escritórios a presença de

Antonio Gallotti, um dos dirigentes da Ação Integralista Brasileira, enquanto um de seus advogados, e por outro, o comunista Elias Chaves Neto, também advogado em um escritório da Light em Recife.

Gallotti será o responsável por uma importante locução junto ao governo, criando as bases de uma política de abrasileiramento da Light, onde esta procurava se dirimir das críticas dos nacionalistas a ela direcionadas (MARANHÃO In: SZMRECSÁNYI, 2002, p. 387-388). Chaves Neto também atuará juntamente à esfera estatal, notadamente em relações estreitas com as interventorias estaduais, que foram criadas durante o primeiro governo Vargas, abrindo um campo de diálogo entre empresas e Estado (CHAVES NETO, 1997, p. 43-66). Estas remissões dão a dimensão do tipo de espaço que irá se estruturar, onde a relação empresas-Estado será mediada por espaços controlados por gestores, no caso em questão, técnicos ligados ao direito.

Por outro lado, já no início da operação destas grandes empresas, é possível encontrar a luta de classes em sentido clássico. As disputas dos trabalhadores pela criação de instituições de solidariedade intraclassista, como a SBEL (Sociedade Beneficente dos Empregados da Light), além do recurso de decretar greves como mecanismo de pressão, demonstram a criação de um tipo de sociabilidade específica em expansão. As novas relações que se queriam instaurar, por meio das instituições e ações de solidariedade intraclassistas, antípodas da prática de exploração capitalista, tinham como objetivos básicos a atenuação da exploração do trabalho e os aumentos salariais.

Porém, como aspecto de empresa de ponta, vemos a Light também na vanguarda dos mecanismos de desorganização da solidariedade dos trabalhadores. Foram três recursos principais usados com este fim: o controle de seus organismos, com ingerência direta sobre as associações dos trabalhadores, a manipulação política, com a capacidade de interferência sobre os processos eleitorais na cidade de São Paulo, bem como o uso da repressão pura e simples, mobilizando para este fim o aparato estatal (SEGATTO, 2002, p. 207-220).

Em paralelo a esta situação, assiste-se aos primeiros impulsos sistematizados de intervencionismo econômico por parte do Estado na República Velha. O encilhamento colocará em causa a não regulamentação liberal, onde posteriormente a uma fase de aguda crise política, se seguirá uma fase de descontrole inflacionário, seguida de recessão, que se prolongará até o início do século XX. Neste período de flutuação econômica, houve um

incremento de lucratividade da produção de mercadorias exportáveis, bem como a criação de uma barreira protetora às indústrias que tinham resistido a quebra do período do encilhamento, ambas ocasionadas pela depreciação cambial do período. Porém com o aumento das rendas, o governo também assistiu ao aumento dos gastos, com a transferência de suas rendas para a expansão do cultivo do café em São Paulo, mas que originalmente deveriam ir para o pagamento da dívida externa.

Acontece que com o aumento da oferta do café no mercado internacional haverá uma rápida desvalorização do produto, que não servirá então como meio de pagamento das dívidas do Estado. Logo, por motivos de administração pública é que o governo irá iniciar sua intervenção no mercado de ações, restritas inicialmente ao aspecto cambial - para evitar especulações - se estenderá consideravelmente por obra da regulamentação do então ministro Murinho. Por outro lado observa-se a formação de um movimento em prol de uma política de sustentação dos preços do café e da estabilidade cambial, cristalizadas no que ficou conhecido como o Convênio de Taubaté. Porém, contra estas políticas haverá tanto uma oposição parlamentar, simbolizada pelos elementos eleitos pelo Distrito Federal e estados do Nordeste, como de outros setores, como do Centro Industrial do Brasil, da Associação Comercial do Rio de Janeiro, bem como do Jornal do Comércio também do Rio de Janeiro. O grupo de oposição não era coeso, mas estava preocupado com os reflexos negativos das medidas, que eram consideradas ineficientes e que levariam ao endividamento do Estado no exterior (LEVY, 1994, p. 177-190).

O impasse inaugurado neste período irá opor dois tipos de sociabilidades distintas, por um lado os senhores do café, preocupados com a manutenção de suas bases de sustentação, por outro as novas camadas urbanas, comerciais e industriais, aliadas à outros setores agrícolas não beneficiados com este regime de intervenção. Esta situação irá perdurar por toda a República Velha, levando em 1929 o governo de Washington Luís a não mais ter condições de conseguir empréstimos no exterior para custear a operação de conversão do câmbio (SAES, 1989, p. 20), o que irá definitivamente fraturar a coluna de sustentação do Estado e abrir espaço às movimentações que culminarão com o Golpe de Estado em outubro de 1930.

A historiografia brasileira na década de 1930 surge como palco das mais intensas disputas. Grande parte das obras sobre este período versam sobre as transformações político/sociais e traçam panoramas onde a disputa pelo poder político do Estado parece

ser a tônica dos mais diversos grupos, desde a antiga oligarquia agrária até a nascente classe operária. Porém não é toda a política que interessa neste ponto, e sim a formação/transformação de espaços nos quais as novas práticas de exploração irão se conformar. Antes disso, faz-se necessária uma pequena imersão em algumas polêmicas relevantes.

Primeiro aspecto, no período de 1930 a 1937 é verificável importante transformação: os antigos senhores de terras, antes habituados ao exercício de força enquanto método de conquista de seus objetivos, serão conformados à um poder de outro tipo, mais eficiente e prático, que é o poder dos conhecimentos técnicos, os quais lhes garante a manutenção parcial de sua antiga hegemonia. Digo parcial posto que, agora os antigos oligarcas passarão a compartilhar o poder com este novo grupo social de gestores, que tem nos conhecimentos técnicos, na gestão dos conflitos, na intensificação da produção capitalista e principalmente na articulação dos processos produtivos, as suas especialidades. Porém, até a acomodação final, este processo não ocorrerá sem contradições.

Eli Diniz divide o extenso governo Vargas em três períodos distintos. A primeira fase seria o período de 1930 a 1934, onde Vargas se projeta como líder de uma revolução vitoriosa, que independente da heterogeneidade política, continha consignas reformistas. Desta forma empreendem-se transformações no padrão de relacionamento entre as camadas dominantes e dominadas, de modo a atenuar a opressão das elites, impondo assim limites institucionais ao seu poder e expandindo com este fim os direitos civis e políticos para novas parcelas da sociedade.

A segunda fase que durou de 1934 a 1937, é o período do governo constitucional, onde Vargas foi eleito indiretamente. Aqui surge o chefe de um governo comprometido com um projeto liberal-democrático, apesar do teor intervencionista sobre a economia e sobre a sociedade. Como resultado, este período é marcado pelo choque de tendências dispares e até mesmo contraditórias, que estavam relacionadas com as tensões presentes no ideário da Revolução de 1930.

A terceira fase é a da implementação do governo autoritário, que vai de 1937 a 1945. Neste período fica evidente a influência de Oliveira Viana, Francisco Campos e Azevedo Amaral, cujo pensamento serviu de base para várias mudanças na política institucional, e se concretizaram plenamente neste período Estado-novista (DINIZ, 1999,

p. 22).

Os anos 30 podem então ser vistos como marco da transição para uma nova ordem, onde há a passagem de um sistema de base agroexportadora para uma sociedade de base urbano-industrial. Embora as transformações não tenham sido automáticas, neste período foram lançados os fundamentos necessários para o desenvolvimento de uma nova ordem econômico-social. Assim em contraste com o período da década de 1920, onde há somente um crescimento industrial, aqui há uma verdadeira industrialização, onde existem mudanças profundas na economia e a indústria passa a ser o principal setor do crescimento econômico.

Contudo esta reorientação do processo produtivo implica na mudança de coalizão de poder, com a entrada de novos personagens, as elites industriais emergentes. Apesar das antigas elites não terem sido completamente retiradas do poder, foi o governo Vargas quem administrou o processo de transição. Mas como ocorreu este processo? Aqui é necessária a busca pela compreensão da natureza destes novos espaços de política e as mudanças político-institucionais são a chave deste processo.

Durante o Estado Novo, a estrutura de poder centralizada e forte correspondeu por parte do Estado à relações complexas com diferentes classes. Estas relações ocorriam mediante mecanismos políticos controlados que tinham como objetivo a regulação de interesses locais através da criação de conselhos técnicos, sendo que o modelo de participação destes conselhos correspondia ao prestígio que determinados setores desfrutavam junto ao Estado (DINIZ, 2007, p. 96-145).

Para o engendramento destes mecanismos, era necessário relativizar o poder das oligarquias regionais junto ao Estado central. Com esta finalidade foram criadas as interventorias estaduais, submetendo os estados ao controle direto do executivo federal. Por outro lado se expandiu a capacidade decisória do poder central, desbocando para este centro as decisões estratégicas de desenvolvimento econômico e social do país. E o terceiro aspecto é o aperfeiçoamento e diversificação dos meios de intervenção do Estado nas mais variadas esferas da vida social e política, que possibilitaram a implementação de um projeto nacional por cima das disputas entre as elites.

Do ponto de vista organizacional, foi necessária a criação de uma normalização e da racionalização das práticas administrativas estatais, que fosse capaz de dar conta destas demandas. Assim assiste-se à criação do DASP (Departamento de Administração do



Serviço Público) em 1938. O DASP foi responsável pela inserção dos critérios de mérito e competência no recrutamento de funcionários para a máquina estatal, chegando a criar logo em 1939 o Estatuto dos Funcionários Públicos, com o fim de normatizar a própria relação entre os funcionários e o Estado. Contudo a criação deste novo padrão administrativo também não se deu sem conflitos, continuando a existir práticas clientelistas no interior do Estado, caracterizando como híbrido este novo sistema, muito embora um novo modelo dominante tivesse se imposto.

Concomitante a este processo assiste-se também ao surgimento de várias instituições corporativas, e um bom exemplo é a formação do CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), encabeçado pelo industrial-intelectual (gestor) Roberto Simonsen. Enquanto uma instituição corporativa atuaria em dois níveis: no nível de governo, procurando garantir sua autonomia de gestão do processo produtivo e de acumulação de capital; e no nível da produção capitalista, garantindo a introdução de novos métodos de trabalho mais produtivos, tendo no corporativismo sua grande inspiração (DECCA, op. cit., p. 144).

Com esta nova articulação do Estado-sociedade baseada nos princípios do corporativismo estatal, possibilitou-se a incorporação política de empresários e trabalhadores sob a tutela do Estado, divididos por categorias ocupacionais, que doravante passa a ser o princípio ordenador do novo sistema político. Assim criaram-se novos espaços de negociação sob a coordenação do Estado, determinando uma geografia dos processos decisórios, calcados nos princípios corporativos, que passam a orientar as reformas perpetradas. Neste sentido as reformas institucionais foram o plano mais importante do grupo que assume o poder em 1930, tendo o autoritarismo como custo político deste projeto.

Por fim podemos então considerar os conselhos técnicos como peças básicas do que Eli Diniz chama de *nova engenharia institucional* (DINIZ, op. cit., p. 27). Assim ocorreu a criação de uma nova forma de desenvolver e implementar políticas públicas, retirando-as da esfera político-partidárias, e isolando-as em instâncias da alta burocracia governamental, que ficam assim protegidas das interferências externas.

Os pensadores do corporativismo forneceram o quadro teórico que legitimava o novo modelo, dando ênfase ao papel integrador e forte do Estado, destacando para este fim a supremacia da técnica em relação à política. Neste momento as críticas dos

corporativistas farão uma importante distinção: separarão da crítica *do capitalismo como um todo* a crítica de *aspectos do capitalismo*, focando seu arsenal sobre o *liberalismo* e a forma *política dos liberais*. Pensadores como Francisco Campos chegarão mesmo a pensar uma *democracia substantiva* em oposição à *democracia liberal*, como meta de um governo ao mesmo tempo *democrático* e *autoritário* (CAMPOS, 1940, p. 74-80).

Esta nova estrutura tinha como objetivo criar uma organização política vertical e hierarquizada, subordinada imediatamente ao Estado, que tinha como fim a incorporação dos trabalhadores urbanos (com a quebra dos organismos e solidariedades classistas), bem como a incorporação de empresários industriais, livrando-os da competição autodestrutiva. Assim, os conselhos técnicos foram importantes meios de reorganização das relações políticas, relações estas que passaram a ficar menos contingenciadas às disputas locais e, por outro lado, mais abertas aos interesses econômicos, enfatizando nestas decisões as elites de gestores técnicos, que por esta via viria também a garantir a maximização de sua capacidade de lidar com a questão da estrutura produtiva de forma ampla, devido à legitimidade alcançada.

As considerações acima mencionadas chocam-se em diversos aspectos com a tradicional tese de Boris Fausto. Esta estrutura-se em torno de uma dupla negação: por um lado nega que a Revolução de 1930 seja fruto de um simples antagonismo entre oligarquia (símbolo do arcaísmo) e a burguesia industrial (símbolo do progressismo), tendo em vista que recusa a própria industrialização de São Paulo como produto de uma elite com raízes oligárquicas associadas à cúpula militar e à quadros técnicos do estado; e por outro lado, também rejeita que este processo tenha ocorrido em função das classes médias, enfatizando que o tenentismo não poderia ser reduzido a um simples movimento desta classe.

Ressaltando a ausência da pressão dos empresários na política brasileira e deixando ambígua a questão das classes sociais condutoras do processo político de 1930, Fausto salienta que a marca decisiva do governo em relação à defesa do setor industrial configurou-se por meio de investimentos em infraestrutura e em uma indústria de base que sustentou este desenvolvimento. Esta opção teria sido fruto da ação de técnicos governamentais e membros da cúpula das Forças Armadas, e não dos industriais particulares (FAUSTO, 1997, p. 25).

Aprofundando as afirmações de Fausto, Ítalo Tronca estuda o papel dos militares no

processo de industrialização do Brasil. O autor destaca que estes somente participaram ativamente do processo de concepção dos temas industrializantes de forma individual, e que o exército enquanto instituição só se ligou a esta temática na medida em que seus interesses enquanto corporação correspondiam com os interesses de industrialização. Este interesse dos militares pela industrialização iria se intensificar com o passar dos anos, acabando por se escorar na construção da ideologia nacional. Esta ideologia funcionará como meio para acabar com a dispersão dos mais diversos segmentos da sociedades, atuando enquanto fator de união entre os diversos grupos sociais e como justificativa de suas iniciativas corporativas, que serão enquadradas enquanto questões de segurança nacional (TRONCA, 2007, p. 403-430).

Ao enxergar unicamente as instituições políticas tradicionais, algo que os próprios teóricos do corporativismo na década de 1930 já chamariam de “liberal”, Fausto dá demasiada ênfase à participação dos militares na construção das diretrizes econômicas do governo varguista. Embora não seja inválida esta afirmação, a criação de espaços diferenciados de estruturação da política mostra-se como aspecto decisivo na orientação da política de industrialização do período. Tendo em vista que estes espaços serão baseados nos argumentos técnicos regulados por instituições corporativas, mediados em seu funcionamento por técnicos governamentais, algo que Fausto não se propõe a analisar.

No tocante a ambiguidade ensejada nos argumentos de Fausto em relação às classes sociais envolvidas neste processo, o presente artigo é corroborado pela tese de João Alberto da Costa Pinto. Para ele os próprios intelectuais - que apesar de serem os dominados dentre as classes dominantes - no Brasil têm papel decisivo na conformação da classe dos gestores, atuando ativamente na constituição das CGP. Assim o autor procura destacar a especificidade de sua função dentro do capitalismo brasileiro, entendendo as classes de forma global em sua relação com as outras classes sociais que comporiam o sistema produtivo. Desta forma destaca a ação dos gestores no aparelho de Estado com o fim de criar condições de planificação da economia objetivando o aperfeiçoamento de extração da mais-valia.

Porém ressalta que o campo de formação dos intelectuais só passa a ser passível de estudo a partir da década de 1930, pois até então o Estado nacional ainda estava em formação e inexistiam as universidades e institutos que garantiriam a formação dos

quadros da classe dos gestores em ascensão. Como consequência da formação destes quadros, o autor enfatiza o período de 1930 a 1964 como um bom exemplo de progressiva perda de importância da burguesia provocada pela eliminação de seus projetos políticos de livre-concorrência (PINTO, 2005, p. 23-31).

Sobre o ponto de vista dos industriais também merece destaque o trabalho de Edgar Salvadori de Decca. Partindo da crítica aos pressupostos de modernização, afirma que os mesmos agitaram a industrialidade paulista, então vanguarda do processo de industrialização nacional (DECCA, op. cit., p. 30-70). Destaca-se então o fato de que os referidos pressupostos estão embebidos de concepções que têm plena relação com a problemática da classe dos gestores, embora o autor não os teorize deste ponto de vista.

Considerando tais pontos, Decca descreve o processo onde a elite industrial, partindo do quadro do ideológico de valorização do moderno e do produtivo, além do contexto de intensas disputas políticas, acabou por criar o CIESP, como forma de acabar com a dispersão em torno dos industriais e fomentar a universalização de sua visão de mundo. Esta visão de mundo tinha na industrialização o fator que garantiria o desenvolvimento nacional, onde este próprio desenvolvimento é tido por estes homens enquanto meio de conter o proletariado urbano, que crescia e se animava, sendo eventualmente um potencial perigo à produção capitalista. É enfatizada assim a preferência deste grupo pela ação preferencialmente interna aos mecanismos puramente econômicos, relegando as opções pela ação via aparelho de Estado a um segundo plano. Muito embora suas instâncias organizativas estivessem completamente integradas ao Estado.

Por fim Carone demonstra que, da parte do Estado, os industriais esperavam uma atuação econômica de forma indireta, garantindo que sua autonomia em relação à extração de mais-valia fosse respeitada. Assim objetivavam que o Estado somente os auxiliasse em alguns setores com os quais eles mesmos não tinham condições de lidar, ou assumindo funções que fossem muito onerosas aos industriais, aumentando assim a sua própria capacidade de exploração.

Sintetizando a posição dos intelectuais-industriais, Roberto Simonsen sentenciava: “Ao invés de repressora e distribuidora, a nossa legislação, no campo econômico, deve ter um caráter coordenador, incentivador e preventivo.” Pois para ele, essa grande quantidade de investimentos em prol da indústria se justificava na medida em que contextos

diferentes marcavam a situação brasileira e a de países europeus. “O nosso ciclo é o da promoção da criação de riquezas; o dessas outras nações é o da correção e do equilíbrio na distribuição” (SIMONSEN apud CARONE, 1973, p. 187).

Eis alguns exemplos de locais onde esperam a atuação do Estado: com tributações mais amenas para artigos necessários à produção industrial; com a resolução da questão social trabalhista; com investimentos na formação de força de trabalho; investimentos na área de transportes públicos; desenvolvimento de laboratórios técnicos e científicos; criação de fazendas modelos; etc. (CARONE, op.cit., p. 163-200). Em suma, no período em foco, é possível verificar a ultrapassagem da burguesia em nome dos projetos de integração econômica promovidas pela classe dos gestores.

A partir de todo o panorama historiográfico traçado, podemos perceber que as ideologias modernizadoras do início do século, bem como o desenvolvimento de novos ramos de integração entre as indústrias, os episódios da Revolução de 1930, com o alijamento parcial da elite oligárquica do poder, bem como a formação das instituições corporativas, mediadas em sua participação junto ao Estado pelos conselhos técnicos, correspondem ao processo de organização de outra forma de pensar e conceber a política, não mais restrita aos círculos de decisão da burguesia liberal, mas agora apoiada e mediada por gestores técnicos, capazes de otimizar o desenvolvimento da produção capitalista como um todo.

Porém é interessante observar que, em parte, os antigos anseios liberais de liberdade individual são mantidos, e até reiterados, com o reforço dos mecanismos de exploração. Porém, o projeto maior, tipicamente liberal, de livre concorrência e livre mercado, é ultrapassado pela organização corporativista da sociedade e do Estado.

Deste modo a classe que surge no cenário do poder se caracteriza pela atuação em ramos integradores do processo produtivo, técnicos da política, da engenharia, da administração, da teoria, enfim, da gestão do processo produtivo em todos os níveis. Ultrapassando na prática a separação clássica entre os ramos de atuação e conhecimento e compondo unidade de classe na medida em que trabalham de forma coesa, sob os auspícios da ideologia nacionalista, para o desenvolvimento de relações capitalistas não exclusivamente baseadas no lucro, mas necessariamente apoiadas na extração de mais-valia.

Neste sentido, a hipótese que procurou-se delinear a partir neste estudo é que a

criação destes novos métodos e espaços de poder correspondem aos processos de organização de uma outra classe capitalista, aspirante à dominação, que podemos observar em franca ascensão no cenário brasileiro pós década de 1930.

**Recebido em: 13/11/2011**

**Aceito em: 18/12/2011**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. *A Revolução de 30: da República Velha ao Estado Novo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

ALONSO, A. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração de 1890. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 15 n. 44, p. 35-54, out. 2000.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002.

BERGSON, H. *Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERNARDO, J. *Dialectica da Prática e da Ideologia*. Porto: Cotez Editora e Edições Afrontamento, 1991.

\_\_\_\_\_. *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. Propostas para uma metodologia da História. Conferência; In *História Revista - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História*. Goiânia, v. 11. nº 2, p. 193-197, jul/dez. 2006.

\_\_\_\_\_. Tempo – Substância do Capitalismo. In *Cadernos de Ciências Sociais*. Santo André. nº 1, 2005.

CAMPOS, F. *O Estado Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940.

CARVALHO, M. A. R., *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1998.

CARONE, E. *A Segunda República*. São Paulo: Difel, 1973.

CHAVES NETO, E. *Minha vida e as lutas de meu tempo: memórias*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1997.

DECCA, Edgar S. *O Silêncio dos Vencidos: Memória, História e Revolução*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

DINIZ, E. Engenharia Institucional e Políticas Públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In. PANDOLFI, D. (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV,

1999.

\_\_\_\_\_. O Estado Novo: Estrutura de Poder. Relações de Classe. Cap. II. In: GOMES, A. M. C. [et al.] *História Geral da Civilização Brasileira*. v. 10: O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 96 – 145.

FAUSTO, B. *A revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

GRAHAM, R. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.

HARDMANN, F. F. & LEONARDI, V. *História da Indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

HOBSBAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JUCÁ, J. Estudo introdutório. In: REBOUÇAS, A. *Agricultura Nacional: estudos econômicos. Propaganda Abolicionista e democrática, setembro de 1874 a setembro de 1883*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988. p. 1-23.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectivas, 1987.

LEVY, M. B. *A indústria no Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

MARANHÃO, R. Estado e capital privado na eletrificação de São Paulo. In SZMRECSÁNYI, T & MARANHÃO, R. *História de Empresas e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: EDUSP/HUCIEC/ IMPRENSA OFICIAL, 2002. p. 387-388.

MARTINS, J. S. *O Cativo da Terra*. São Paulo: LECH, 1981.

McDOWALL, D. *Light: a História da empresa que modernizou o Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

PINTO, J. A. C. As origens políticas do marxismo de João Bernardo (Portugal/França: 1965–1974). In *Revista Espaço Acadêmico*, nº 63, ago. 2006. Disponível em <[http://www.espacoacademico.com.br/063/63esp\\_pinto.htm](http://www.espacoacademico.com.br/063/63esp_pinto.htm)> Acesso em: 10 maio 2011.

\_\_\_\_\_. *Os impasses da intelligentsia diante da Revolução Capitalista no Brasil (1930-1964): História e Política em Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré*. (Tese de Doutorado em História), UFF, Niterói, 2005.



SAES, F. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, nº7, p.20-39, set./dez. 1989.

SEGATTO, J. A. *Relações e Conflitos de Trabalho na Light de São Paulo*. In: SZMRECSÁNYI, T & MARANHÃO, R. *História de Empresas e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: DUSP/HUCIEC/ IMPRENSA OFICIAL, 2002. p. 207-220.

SIMONSEN, R. C. *Ordem Econômica, Padrão de Vida e algumas realidades brasileiras*. apud CARONE, E. *A Segunda República*. São Paulo: Difel, 1973. p. 187.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

TRONCA, I. O Exército e a Industrialização: Entre as armas e a Volta Redonda (1930-1942). Cap. VII. In. GOMES, A. M. C. [et al.] *op. cit.*, 2007. p. 403-430.